



## **Divulgar a Restauração do Reino: o Mapa de Portugal de Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654.**

**Luís Miguel Alves de Bessa Moreira**

Professor Convidado equiparado a Professor Auxiliar no Departamento de Geografia da Universidade do Minho.  
Z.O.E. - Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.  
lmmgeo@gmail.com

### **Divulgar a Restauração do Reino: o Mapa de Portugal de Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654 (Resumo)**

Depois de 60 anos sob domínio da monarquia espanhola, em dezembro de 1640 Portugal declarou a sua independência e fez aclamar um novo rei “natural”. A restauração portuguesa foi assegurada pela guerra, na Península Ibérica e nos domínios ultramarinos, e por um esforço diplomático junto dos principais inimigos de Espanha. De forma a complementar a sua diplomacia, foi desenvolvida por toda a Europa uma campanha de propaganda para assegurar o reconhecimento do rei e da independência do país, onde os mapas desempenharam um papel chave.

Deste modo, no contexto da Guerra da Restauração portuguesa, a imagem cartográfica de Portugal foi renovada, salientando-se a edição do primeiro mapa do país em língua portuguesa, da autoria de Nicolas Sanson, um dos mais reputados geógrafos da época.

**Palavras-Chave:** Mapa de Portugal, propaganda, Nicolas Sanson d'Abbeville, Guerra da Restauração Portuguesa

### **Divulgar a Restauração do Reino: o Mapa de Portugal de Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654 (Abstract)**

After 60 years of Spanish rule, in December 1640 Portugal declared its independence and acclaimed a “natural” king. The Portuguese restoration was held by war, in Iberian Peninsula and in overseas, and by a diplomatic effort close to the main enemies of Spain. To support its diplomacy was implemented throughout Europe a propaganda campaign to achieve the recognition of the legitimacy of both king and country, and maps played a key role in this process.

Thus, in the context of the Portuguese Restoration War, the cartographic image of Portugal was renewed, especially by the issue of the first map of the country in Portuguese language by Nicolas Sanson, one of the most celebrated geographers of the time.

**Key words:** Portugal's map, propaganda, Nicolas Sanson d'Abbeville, Portuguese Restoration War.

Recibido: 1 de agosto de 2015

Devuelto para revisión: 27 de octubre de 2015

Aceptado: 23 de noviembre de 2016

No dia 1 de dezembro de 1640, um grupo de nobres liderou um golpe de estado contra os representantes do rei Filipe III (IV de Espanha), aprisionaram a vice-rainha de Portugal, a Duquesa de Mântua Margarida de Sabóia, e defenestraram o seu Secretário de Estado, Miguel de Vasconcelos. Depois da Sublevação da Catalunha, em junho desse ano, a Revolta portuguesa punha termo a 60 anos de União Ibérica sob domínio dos Habsburgo de Espanha, sendo a secessão portuguesa confirmada duas semanas mais tarde com a aclamação do Duque de Bragança como Rei de Portugal, sob a designação de D. João IV.

Uma vez consumado o golpe, as principais preocupações da Coroa passavam por legitimar internacionalmente a dinastia de Bragança, assegurar a defesa das fronteiras do reino e recuperar e manter os domínios ultramarinos<sup>1</sup>. Era tempo para a Diplomacia de Guerra.

No contexto maior da Guerra dos Trinta Anos, a estratégia diplomática portuguesa passou, então, por captar apoios junto dos inimigos de Espanha - Províncias Unidas, Suécia, Dinamarca, Inglaterra, França e a Catalunha - e da Santa Sé, enquanto garante da legitimidade político-religiosa<sup>2</sup>. Estes apoios concretizaram-se na forma de aquisição de material bélico, através da contratação de oficiais e soldados mercenários (muito particularmente de engenheiros militares) e na celebração de tratados e alianças defensivas.

Para além do reconhecimento oficial através dos mecanismos institucionais, a Coroa portuguesa procurou cimentar a sua legitimidade junto da população, tanto a nacional como a estrangeira, recorrendo a ações de propaganda que incluíam, entre outras formas, sermões, textos, folhetins, panfletos, gazetas (escritos nas mais diversas línguas europeias), bem como a divulgação e circulação de gravuras e de mapas<sup>3</sup>. Estas ações propagandísticas, manuscritas ou impressas, quando decorriam no estrangeiro, dependiam da ação dos agentes diplomáticos<sup>4</sup>.

## Guerra e Propaganda

Na segunda metade do século XVII, os mapas que divulgavam a imagem do conjunto de Portugal eram gravados, impressos e editados no estrangeiro e, geralmente, recorriam à mesma fonte: o mapa atribuído a Fernando Álvaro Seco, editado pela primeira vez por Michelle Tramezzino, em Roma em 1561, seguido de uma versão editada por Gerard de Jode, em Antuérpia, em 1565 e amplamente difundido a partir de 1570 nas sucessivas edições do atlas *Theatrum Orbis Terrarum* de Abraham Ortelius (figura 1) e pelas demais casas editoriais dos Países Baixos e da Flandres<sup>5</sup>. Este primeiro mapa impresso de Portugal baseava-se, por

---

<sup>1</sup> Sobre as diferentes vertentes deste conflito, ver Valladares, 2006; Espírito Santo, 2008 e 2009 e Lousada, 2011.

<sup>2</sup> Sobre a diplomacia portuguesa desta época consultar: Prestage, 1928; Costa e Cunha, 2006; Anastácio, 2007 e 2008; Cesar, 2011.

<sup>3</sup> Sobre os sermões proferidos durante a Guerra ver Garcia e Nogueira, 2001, p. 475-488. Sobre a propaganda e a narrativa da Guerra da Restauração, ver Bebiano, 2000 e Anastácio, 2009. Uma análise ao discurso dos principais periódicos da Guerra pode ser consultada em Sousa *et al.*, 2011 e 2013.

<sup>4</sup> Sobre a ação dos diplomatas portugueses para a divulgação da propaganda a favor da Casa de Bragança, ver Carvalho, 2013.

<sup>5</sup> A história completa do primeiro mapa de Portugal está, ainda, por fazer, uma vez que não são abundantes os estudos sobre este documento e posteriores versões ou sobre o seu autor, cuja biografia é ainda mais difícil de traçar. Os trabalhos de Ferreira, Morais, Silveira e Girão, 1956, p. 1-66 e 1957 p. 10-43 e os de Cortesão e Teixeira da Mota, 1960, constituem, ainda, referências fundamentais

sua vez, numa cópia de um protótipo manuscrito que as autoridades portuguesas terão mandado levantar na década de 1520 e que agora serviu de oferta diplomática dedicado pelo latinista português Aquiles Estação ao Cardeal Camareiro Guido Ascânio Sforza, enquadrado numa embaixada à Santa Sé, em 1560<sup>6</sup>.

As Revoltas de Portugal e da Catalunha em 1640 centraram as atenções do público europeu, principalmente entre as nações inimigas de Espanha. Aproveitando estas circunstâncias, as principais casas editoriais europeias aumentaram a sua produção sobre estas duas nações ibéricas, fornecendo ao público mais imagens cartográficas que permitiam localizar os novos acontecimentos políticos e militares, no quadro da Guerra dos Trinta Anos<sup>7</sup>. Este momento coincidiu com a ascensão da França como potência cartográfica, competindo com os Países Baixos como referência na produção, gravação e impressão de mapas<sup>8</sup>.



Figura 1. Portugalliae que olim Lusitania, por Fernando Álvaro Seco/Abraham Ortelius, 1570

Para a divulgação da imagem do conjunto do território de Portugal, na cartografia francesa, pode-se referir o mapa de Christophe Tassin, editado em 1642 e que fez parte do atlas *Théâtre géographique* composto por Melchior Tavernier. Posteriormente, em 1646, depois de Tassin ter vendido o seu espólio a Antoine de Fer e Nicolas Berey, estes, em associação com Pierre Mariette, publicaram um novo atlas *Théâtre géographique* que vai conhecer uma segunda edição com mapas da autoria de Tassin e de M. Van Lochem. Na cartografia holandesa, basta referir a publicação de mapas de Portugal por Janssonius ou a família Blaeu e que circulavam

<sup>6</sup> O mapa manuscrito permanece desconhecido. Ver Daveau, 2010.

<sup>7</sup> Sobre a evolução da cartografia catalã ver, entre outros, Montaner, 2005; Rosselló (2008).

<sup>8</sup> Sobre a cartografia francesa deste período ver, por exemplo, Pelletier, 1999 e 2001 e Petto, 2007.

em folha solta ou integrados em atlas, muito embora não introduzam alterações significativas à imagem do país fixada no século anterior<sup>9</sup>.

A Guerra da Restauração promoveu uma “revolução cartográfica” em Portugal. A fortificação da faixa fronteira terrestre e a elaboração de planos para assegurar a defesa do país em caso de invasão espanhola, motivaram o levantamento de inúmeros planos, plantas e mapas para serem utilizados pelas elites militares, políticas e diplomáticas, ainda que a maior parte destes documentos continuassem a ser produzidos de forma manuscrita<sup>10</sup>.

Contudo, neste contexto bélico, são conhecidos exemplos de utilização de mapas impressos para a divulgação e propaganda sobre os feitos militares dos portugueses no estrangeiro<sup>11</sup>. Logo em 1644, após a batalha de Montijo, surgiram dois mapas dando conta desta primeira importante ação bélica em território inimigo: um destes mapas integrava um texto da autoria do secretário da embaixada portuguesa em Paris, António Moniz de Carvalho, intitulado *Francia interessada con Portugal en la separacion de Castilla* e foi dedicado à rainha regente de França, Ana de Áustria; o outro mapa, que figura o território da fronteira entre o Alentejo e a Estremadura espanhola, tem autoria atribuída a João Teixeira Albernaz I, e foi dedicado a Lars Skytte, representante sueco na corte portuguesa<sup>12</sup>.

## Divulgar a imagem de Portugal Restaurado

Foi neste contexto geral que, em 1654, foi editado em Paris um mapa de Portugal que contribuiu para a renovação da imagem cartográfica do país, substituindo aquelas que derivavam direta e indiretamente das primeiras edições do mapa de Portugal atribuído a Fernando Álvaro Seco, tratando-se do primeiro mapa impresso em língua portuguesa.

Este “novo” mapa de Portugal compõe-se de duas folhas, orientadas para Norte, têm por título *Parte Septentrional do Reyno de Portugal e Parte Meridional do Reyno de Portugal* e é de autoria de Nicolas Sanson d’Abbeville<sup>13</sup> (figuras 2 e 3). Este autor é, muitas vezes, referido como o fundador da moderna Cartografia e Geografia francesas. Foi professor de Geografia do rei Luís XIII, que o nomeou engenheiro militar da Picardia e, mais tarde, geógrafo ordinário do rei e conselheiro de Estado. Sanson elaborou um mapa de França em trinta folhas, utilizando a informação coligida pelos cartógrafos de Henrique IV que iniciaram os trabalhos de levantamento cartográfico a partir de 1607. No início da segunda metade do século XVII era o mais reputado geógrafo/cartógrafo de França<sup>14</sup>.

Este mapa sucedia a um outro mapa de Portugal que o autor havia composto em 1653, de dimensão *folio*, intitulado *Les Estats de la Couronne de Portugal en Espagne* e que juntamente com os mapas de Aragão, Navarra, Castela e Catalunha, completava um conjunto regional da Península Ibérica e que o autor terá composto para integrar uma nova edição do

---

<sup>9</sup> Alegria e Garcia, 1991 e Dias, 2001 e 2006, p. 3-5.

<sup>10</sup> Estes trabalhos foram desenvolvidos por vários técnicos e engenheiros militares estrangeiros ao serviço de Portugal. Cfr. Moreira, 2011, p. 32-33.

<sup>11</sup> Alegria, *et al.*, 2012, p. 244-256.

<sup>12</sup> Garcia, 1999.

<sup>13</sup> Torna-se incontornável consultar as obras de Pastoureau, 1981 e 1988.

<sup>14</sup> Sanson foi um agente do Estado e, ao mesmo tempo, um comerciante de Cartografia. Tornou-se no protótipo de “Geógrafo de Gabinete” imitado em toda a Europa até aos finais do século XVIII. Os seus trabalhos foram continuados pelos dois filhos, Adrien e Guillaume, pelo seu neto Pierre Duval e, finalmente, pelo seu bisneto e tetraneto, respetivamente, Gilles e Didier Robert de Vaugondy. Cfr. Pedley, 1992 e Petto, 2007.

atlas *Théâtre géographique*, sob coordenação de Pierre Mariette. O mapa de 1654 parece corresponder a uma ampliação desta versão *folio*.

A escala do mapa de Portugal de 1654 é ca. 1:880 000 e cada uma das folhas apresenta uma dimensão de aproximada de 42 x 54 cm. No seu conjunto, o mapa corrige a torção longitudinal para nordeste que caracteriza os mapas baseados no protótipo de Álvaro Seco. Na parte superior esquerda da folha Norte (septentrional), figura um navio com as armas de Portugal, onde o autor inscreveu na vela principal uma dedicatória ao “muito alto e muito poderoso Princi.<sup>pe</sup> e senhor Dom Joam III, Rei de Portugal e dos Algarves daquém e dalem mar em Africa: Senhor de Guiné e da Conquista, Navegação e Comercio da Ethiopia, Arabia, Persia, India, e Brasil & c.”.

No canto inferior esquerdo surgem duas escalas gráficas, uma graduada em 40 mil “passos geométricos” e outra em 9 léguas comuns de Portugal, o que parece confirmar que o mapa se destinava a ser lido pelo público português. No canto inferior direito, o autor figura uma cartela onde consta o título, a data e a sua identificação enquanto “geógrafo ordinário del Rey Cristianíssimo, Com privilégio por 20 annos”, bem como a indicação de ter sido editado “em casa do autor”. Apesar de trabalhar em colaboração com Mariette, sendo o autor de muitos dos seus mapas, Sanson assume aqui total responsabilidade no processo editorial do mapa de Portugal.

Tendo em conta que a Guerra da Restauração estava no seu auge, a dedicatória a D. João IV, em língua portuguesa e declarando-o rei de Portugal, mais do que um mero ato de propaganda, sugere a ideia de que o mapa possa ter correspondido a uma encomenda do próprio monarca - ou de alguém próximo da sua causa, como por exemplo o então embaixador português na Corte francesa, D. Francisco de Sousa Coutinho ou o Residente português em Paris, o já referido António Moniz de Carvalho - a um cartógrafo de uma nação aliada que mantinha relações privilegiadas com o poder político. Torna-se assim claro que o mapa surgiu como um instrumento de propaganda política e diplomática da Casa de Bragança, na tentativa de se afirmar, perante o público português e europeu, como herdeira legítima do trono, especialmente no ano em que as forças portuguesas tinham obtido uma vitória militar sobre os holandeses e, desse modo, haviam reconquistado o Brasil.

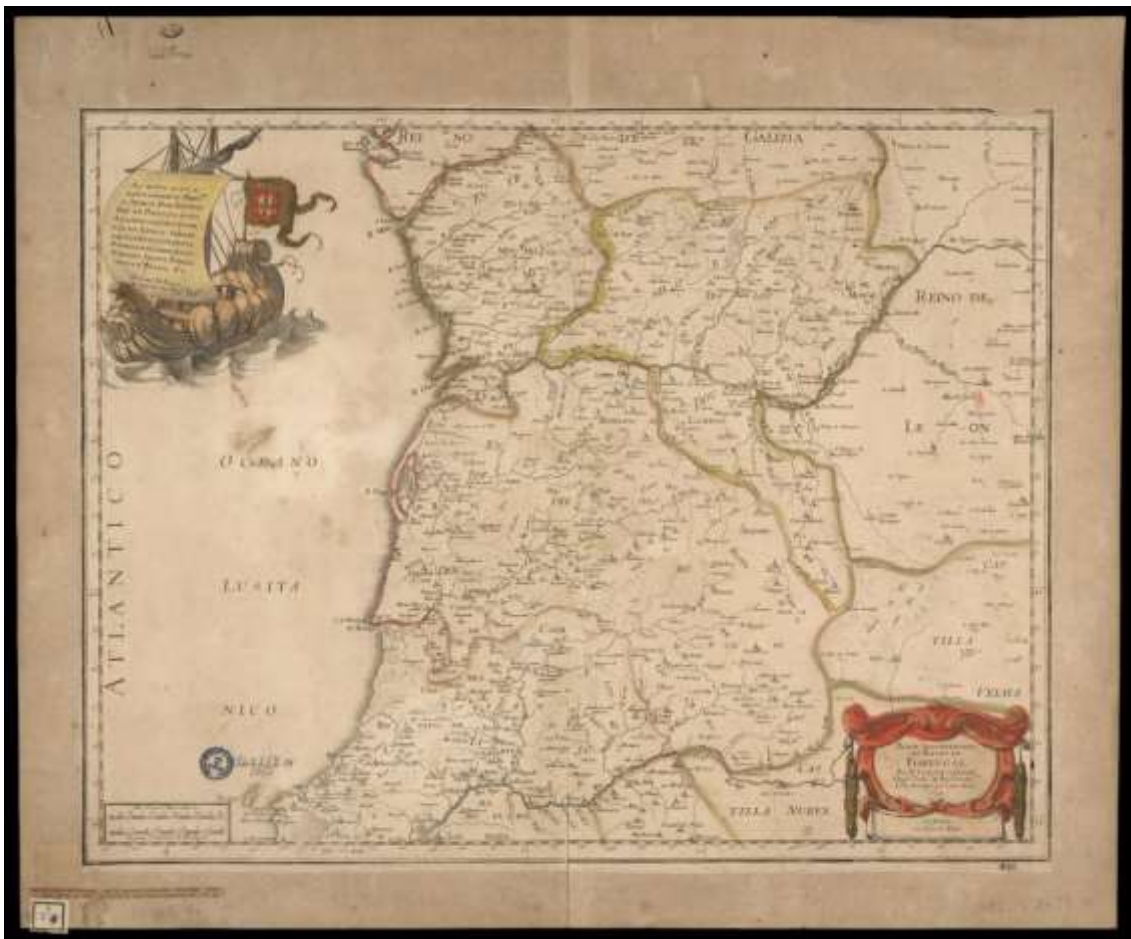
Em todo o caso, a composição desta imagem cartográfica de Portugal também pode ter despertado o interesse do autor, que o poderia considerar como oportunidade de alargar o seu negócio e a rede de possíveis compradores, aproveitando as circunstâncias especiais do mercado, num contexto de uma guerra que envolvia militares, mercenários e estadistas franceses que, certamente, se sentiam necessitados de mapas do país.

O mapa parece ter sido composto para circular em folha solta – ou integrando atlas factícios - embora tenha conhecido uma ampla divulgação quando foi incluído no atlas editado em 1658 por Pierre Mariette & Nicolas Sanson, *Cartes Generales de Toutes les Parties du Monde*. A sua inclusão neste atlas revelou-se estratégica do ponto de vista da propaganda a favor da causa portuguesa, mesmo após a morte de D. João IV, pois neste ano a França e a Espanha avançaram para uma trégua que iriam culminar na assinatura do Tratado dos Pirenéus, deixando Portugal de fora das negociações e sem o apoio oficial da França.

Uma análise aos cerca de 20 mapas datados de 1654, entre os 113 que compõem o atlas, permite verificar que Sanson utilizou sempre a língua francesa nos títulos, dedicatórias e descrições, com a exceção do mapa de Portugal, o que reforça o seu estatuto especial.

A análise à figuração da rede hidrográfica evidencia que, de uma forma geral, estamos perante uma distribuição relativamente equilibrada, ainda que as províncias da Beira e do Alentejo apresentem uma maior concentração de cursos de água, que se comprova tendo em atenção o número de rios identificados naquelas duas províncias. Tal como no mapa de Álvaro Seco, as áreas de fronteira, apresentam muito pormenor na figuração da rede hidrográfica<sup>15</sup>.

O autor procurou ser minucioso na forma como desenhou a rede hidrográfica, tentando identificar o maior número possível de rios, complementando-os com a figuração dos seus afluentes, ainda que nem sempre os nomes atribuídos tenham correspondência com os nomes habituais ou mais conhecidos. Uma análise mais atenta à rede hidrográfica da Província de Entre Douro e Minho, permite verificar as alterações introduzidas por Sanson (figura 4): por comparação com o mapa de Álvaro Seco, editado em Antuérpia por Ortelius, em 1570, o autor francês identifica um maior número de rios e utiliza nomes mais familiares do que aqueles que figuram no mapa Quinhentista, e que só terá sido possível com recuso à utilização de outras fontes.



**Figura 2. Parte Setentrional do Reino de Portugal, por Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654.**

Fonte: Biblioteca Nacional de Rio de Janeiro

A orografia foi representada por pequenos montes em perspetiva, levemente marcados para não sobrecarregar demasiado o fundo do mapa e, ainda que estes localizem as principais serras portuguesas, a verdade é que o autor apenas identifica sete: a serra de *Alcoba* (Bussaco) na Província da Beira; na de Entre Douro e Minho, *Strica* e *Soaio*; em Trás-os-Montes, *Momil*

<sup>15</sup> Ver a análise da rede hidrográfica do mapa de Seco em Daveau, 2000, p. 11-38.

e *Pebordãos*; no Algarve, *Monchique* e *Calderaom*. Nenhuma serra foi identificada no Alentejo. Como se comprova, neste particular, o autor nada acrescenta aos mapas de Portugal baseados no de Álvaro Seco.

O conteúdo do mapa de Sanson é composto pelos limites da divisão administrativa e eclesiástica e pela figuração das localidades e respetiva toponímia, bem como de alguns bosques.

Durante a década de 1530, no reinado de D. João III, foi ordenada uma importante Reforma Administrativa: as seis Comarcas existentes no Reino passaram a ser denominadas de Províncias e dentro dos seus limites, foram criadas um total de 27 comarcas. Também a divisão eclesiástica sofreu ajustes no século XVI, com a criação dos bispados de Miranda do Douro (1545), Leiria (1545), Portalegre (1549) e Elvas (1570)<sup>16</sup>. As seis províncias apenas tinham uma função militar, corográfica ou geográfica, mas não administrativa.



**Figura 3. Parte Meridional do Reino de Portugal, por Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654**  
Fonte: B.N.R.J.

Os limites das comarcas foram representados com uma linha pontuada, enquanto os dos bispados foram figurados por uma linha tracejada. Os nomes das províncias foram escritos sobre o território, mas não os seus limites, embora se encontrem muitos exemplares cujos limites provinciais, obtidos a partir das comarcas, foram coloridos.

<sup>16</sup> Hespanha, 1994, p.96-101; Magalhães, 1997, p.38-42; Silva e Hespanha, 1998, p.35-41.

Também é possível identificar aquilo que parece ser uma divisão geográfica, assente nos rios principais – “Entre Minho e Douro”; “Entre Douro e Tejo” e “Entre Tejo e Guadiana” – e cujo nome foi escrito a capital romana.

Nesta divisão administrativa e eclesiástica continua a figurar a Comarca de Pinhel (que na versão Álvaro Seco era denominada *Riba de Coa*) integrada na Província de Trás-os-Montes, característica que se prolongou mesmo pelo século XVIII<sup>17</sup>. Este destaque dado aos limites eclesiásticos pode estar relacionado com a disputa diplomática que opunha D. João IV com a Santa Sé que sistematicamente recusava reconhecer os Bispos nomeados pelo Rei de Portugal<sup>18</sup>.



Figura 4. Rede hidrográfica da Província de Entre Douro e Minho nos mapas de Portugal de Álvaro Seco, versão Ortelius, 1570, e de Sanson, 1654

O povoamento foi representado por símbolos diferentes que, à partida, deveriam configurar uma hierarquia específica. No entanto, essa leitura não se torna tão linear. De facto, no mapa, são facilmente identificados três símbolos para a representação das diferentes povoações: um conjunto de edifícios para as localidades mais importantes, quase sempre cidades ou sedes de bispado (neste caso o símbolo acrescenta uma cruz e no caso das cidades arquiépiscopais, uma cruz dupla), no entanto, algumas localidades foram representadas com um símbolo semelhante, ainda que não fossem nem cidades nem sedes de bispado. É o caso de Santarém, de Viana, de Vila Real, de Idanha-a-Velha (era a antiga sede episcopal, tendo sido substituída por Guarda), de Setúbal, de Alcácer do Sal, de Estremoz e de Mértola. As outras localidades, imediatamente mais importantes, foram representadas com um símbolo equivalente a três casas juntas e as restantes, apenas com uma casa ou um círculo.

Tal como nas diferentes versões do mapa de Álvaro Seco, Sanson não incluiu a rede viária, ainda que também tenha assinalado as pontes que permitiam a travessia dos rios e que, no geral, configuram a rede das principais estradas e caminhos do país. Finalmente, uma pequena referência para a inclusão de algo que parecem ser “manchas” florestais distribuídas pelas

<sup>17</sup> Daveau, 2002, pp. 86-88.

<sup>18</sup> Sobre esta questão, veja-se Borges, 1957, p. 111-219.



Províncias de Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Alentejo e no Algarve, que não existiam na versão Seco.

Ainda que tenha sido composto em plena Guerra da Restauração e, muito provavelmente, tenha sido utilizado como elemento de propaganda política, este mapa nada revela sobre as movimentações militares na fronteira portuguesa.

Embora a imagem cartográfica de Portugal tenha sido modificada, o trabalho de Sanson parece corresponder ao de um geógrafo de gabinete, que colige informações provenientes de diversas fontes, apurando resultados, corrigindo posições, mudando topónimos, acrescentando ou apagando pormenores, dando origem assim a diferentes imagens. Sobre as fontes utilizadas para a composição deste mapa, diria Pedro de Campomanes, em 1762: “Nicolás Sanson en 1654 publicó outro Mapa de este Reyno dedicado a Juan IV. Es muy de creer se hizo esta edicion sobre la obra manuscrita, y memorias de que se valió Teixeira. Esta carta de Sansón trae distinguidas las *comarcas*: lo qual faltaba en la de Teixeira”<sup>19</sup>. Embora seja de admitir que Sanson tenha recorrido a documentos manuscritos, sendo, ou não, os mesmos de que se valeu Pedro Teixeira Albernaz, também será de admitir que terá recorrido a fontes impressas, textuais ou cartográficas<sup>20</sup>. Neste caso, para além de todos os mapas de Portugal que circulavam naquela época e que constituíam versões e variantes diferentes das primeiras edições do mapa Álvaro Seco, devemos avançar como uma das fontes possíveis o mapa impresso em Madrid por Juan Schorquens (ou Jan Schorkens).

Schorquens (1595-1630) era natural de Antuérpia e foi um dos vários gravadores flamengos contratados para servirem a Corte de Espanha, considerado um dos melhores na arte de gravação do seu tempo. Terá chegado a Sevilha em 1617, mas rapidamente se estabeleceu em Madrid, onde permaneceu entre 1618 e 1630, data da sua morte. Em 1622 gravou aquela que é uma das suas obras mais conhecidas, uma vista de Lisboa segundo o pintor Domingos Vieira, incluída na obra de João Baptista Lavanha *Viagem da Cathólica Real Magestade del Rei D.Filipe II. Que Esta em Gloria ao seu Reino de Portugal, e relação do Solene Recebimento, que nelle se lhe fez* e que conheceu duas edições, uma em português e outra em castelhano<sup>21</sup>.

Para além deste mapa, Schorquens realizou outros trabalhos cartográficos, nomeadamente a *Descripcion del Reyno de Navarra*, um mapa que pelas características gerais que apresenta – esquadria, tipo de cartela, decoração da escala, dimensões - faz pressupor que o autor terá gravado um álbum ou atlas dos diferentes reinos ibéricos<sup>22</sup>.

O mapa de Portugal (figura 5), que se encontra na Bibliothèque nationale de France, tem 46 x 32 cm, uma escala de ca. 1:917 000, está enquadrado numa dupla esquadria, sendo a interna graduada em latitudes e longitudes e contendo a indicação dos respectivos pontos cardeais, “Septentrion”, “Oriente”, “Medio Dia” e “Occidente” e para além do território português, o mapa figura, também, uma parte do território espanhol contíguo à Raia<sup>23</sup>. A orientação do

<sup>19</sup> Rodríguez de Campomanes, 1808, P. VIII-IX.

<sup>20</sup> Desde a primeira metade do século XVI existiam diferentes versões de mapas de Portugal manuscritos que, muito provavelmente, apresentavam uma origem comum, o mesmo protótipo que esteve na base do primeiro mapa impresso de Portugal. Estes mapas estiveram acessíveis apenas para uma elite, entre os quais se contavam os principais cartógrafos. Alegria, *et al.*, 2012, p. 235-256.

<sup>21</sup> Viterbo, 1909, p.11. Para se compreender todo este contexto da contratação de gravadores e impressores flamengos para trabalharem em Madrid, ver Blas, Cruz de Carlos y Matilla, 2011.

<sup>22</sup> B.N.F. GEDD-626 (19 RES).

<sup>23</sup> B.N.F., G.E.D.D. - 626 (21 RES)

mapa também merece uma referência especial pois, tal como acontece no mapa de Sanson, este mapa apresenta o Norte no topo, numa altura em que os principais modelos cartográficos estavam orientados para Oeste.

Do mapa destaca-se a rede hidrográfica, o relevo - representado por pequenos montes - e os núcleos populacionais, figurados pictoricamente com um conjunto de casas, maior ou menor, de acordo com a sua “importância” e, tal como no mapa de Álvaro Seco, na ausência de uma rede viária, o autor destacou as pontes que permitiam a passagem sobre os rios.

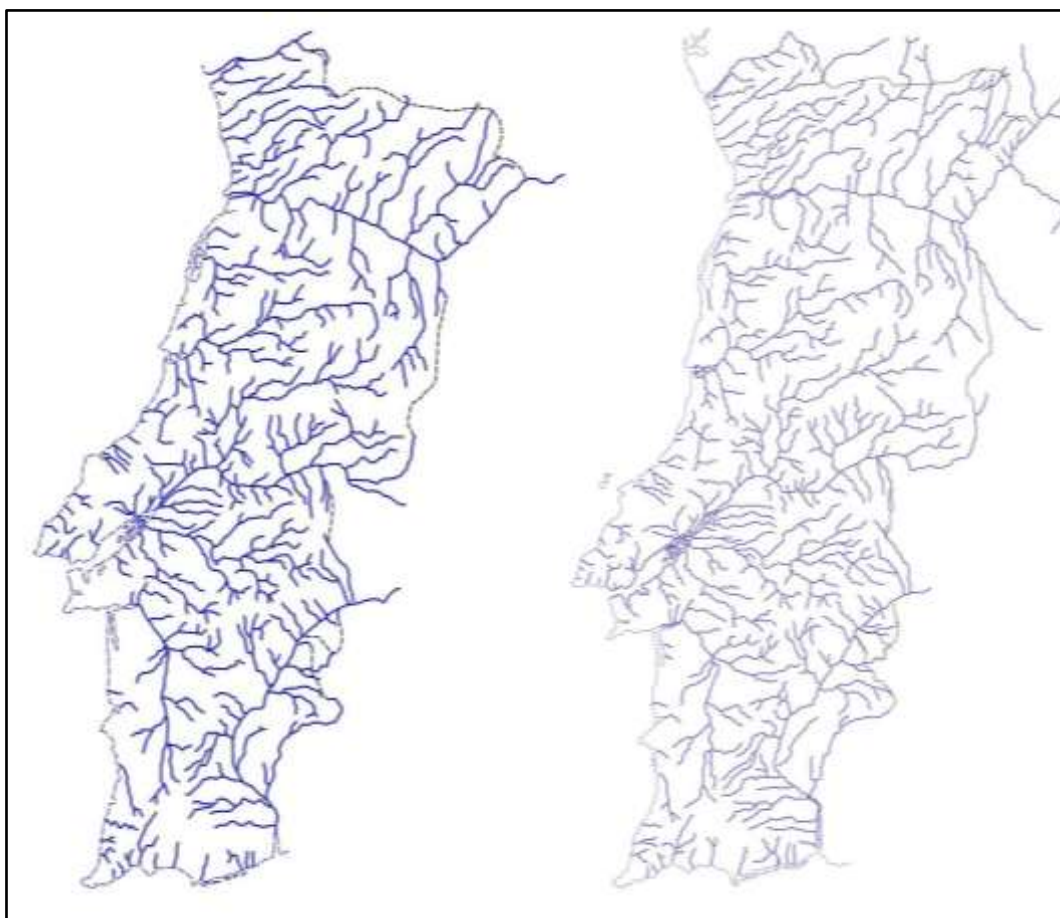
Embora tenhamos de ter em conta a diferença de escala entre os dois mapas, uma análise atenta a alguns dos fenómenos permite estabelecer uma filiação entre as obras de Schorquens e de Sanson.



**Figura 5. Descripción del Reino de Portugal, Jan Schorquens, ca. 1617-1630**  
Fonte: B.N.F.

Assim, verifica-se uma coincidência na toponímia, ainda que, à partida pudéssemos pensar que o mapa de Schorquens, por ter sido elaborado numa escala mais pequena, fosse menos exaustivo. Tomando como exemplo de análise as províncias portuguesas localizadas a norte do rio Douro - Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes – observa-se que Schorquens registou 98 topónimos, estando 97 deles mencionados no mapa de Sanson, que regista um total de 107 nomes. Existem, ainda, topónimos que se repetem nestes dois mapas e que não existem noutras versões de mapas de Portugal coevos ou anteriores<sup>24</sup>.

A configuração da rede hidrográfica é, também, bastante coincidente (figura 6). Mantendo a mesma área de análise, é possível observar que Sanson identificou quase o dobro dos rios, o que revela a preocupação e a atenção que o autor dispensava à representação dos rios nas suas obras<sup>25</sup>.



**Figura 6.**  
**Rede hidrográfica do mapa de Portugal de Schorquens, ca. 1617-30 e de Sanson, 1654.**

Salienta-se, ainda, a representação dos bosques em ambos os mapas e nas mesmas áreas do território de Portugal, o que já não se verifica nos mapas contemporâneos baseadas em Álvaro Seco. Tomemos como exemplo a representação do estuário do Tejo nos dois mapas (figura 7), para se ver a coincidência dos fenómenos evidenciados, em especial o pequeno bosque

<sup>24</sup> De todos os topónimos indicados no mapa de Schorquens, Sanson apenas não registou o de *Barca da Regoa*, na Província de Trás-os-Montes. Quanto aos topónimos *Terra de Penela* e *Villar de Frades*, localizados na Província de Entre Douro e Minho, não são indicados nas diferentes versões do mapa de Álvaro de Seco nem em nenhum outro mapa de Portugal contemporâneo destes.

<sup>25</sup> Pelletier, 2007, p. 1502.

localizado entre a Lourinhã e o Cadaval e as ínsuas no estuário do Tejo. Refira-se que este pormenor também pode ser observado quando se compara os mapas de Navarra dos dois autores, verificando-se uma coincidência na localização e extensão das manchas florestais.

É também de notar que tanto Schorquens como Sanson são, muito provavelmente, os primeiros autores a identificarem o Oceano Atlântico como “Oceano Lusitânico”.



**Figura 7 . Comparação entre o estuário do rio Tejo e a Província do Entre Douro e Minho mapa de Portugal de Schorquens, ca. 1617-30 e de Sanson, 1654.**

Em todo o caso, importa ter presente que Schorquens “apenas” terá sido o gravador do mapa, pelo que resta saber se o fez a pedido de alguém e com que informação de base, ainda que, o seu convívio na capital espanhola daquela época lhe permitisse aceder a importantes personalidades da Geografia e da Cartografia ibéricas, como era o caso do Cosmógrafo João Baptista Lavanha que, nesta época, estava a preparar o levantamento de um grande mapa de Portugal intitulado *Descripción del Reyno de Portugal y de los Reynos de Castilha que parten por su frontera*, e a *Descripción de España y de las costas e puertos de sus reinos*<sup>26</sup>

Elementos comparativos	Álvaro Seco (versão Ortelius, 1570)	Jan Schorquens, ca.1617-30	Nicolas Sanson 1654
Rio Cávado	Mourilhe	Cavado/Cabado	Cávado
Rio Ave	Dius + Solho + Pé	Dave	Daves + Solho + Pé
Rio Tua/Tuela	Tuela	Tuelo + Tuage	Tuela + Tuage
Rio Erges	-	Elia	Elja
Rio Caia	Algar	-	Algar
Rio Sorraia	Zatus	-	Zatas
Rio Sado	Palm	Çadão	Çadaom
Serras	Sera de Coira; Sera de Soaio; Sera da Strica		Sera da Strica; Sera de Soaio
Prov. Minho		-	

<sup>26</sup> Pereda e Marías, 2002, p. 13 e Kagan, 2002, p. 57.

“Ria” de Aveiro			
Foz do Mondego			

**Quadro 1. Comparação entre os mapas de Portugal de Álvaro Seco/Ortelius, Schorquens e Sanson**

Fonte: Elaboração própria

## Conclusões

Como se pode constatar no quadro 1, o mapa de Sanson apresenta, ainda, elementos comuns ao mapa de Álvaro Seco, particularmente na identificação de alguns rios e serras, ainda que o geógrafo francês tenha introduzido vários elementos novos que não estavam contemplados no exemplar do século XVI, apresentando, nesses casos, maior ligação ao mapa de Schorquens, como no caso da configuração dos principais acidentes da costa, os bosques ou os topónimos.

Esta constatação poderá indicar que Sanson não só se baseou nas inúmeras versões impressas do mapa de Álvaro Seco e noutros mapas impressos, como terá tido acesso a outras fontes manuscritas, na linha da produção tradicional de Cartografia portuguesa, que remetem para a existência de um mapa “padrão”, a partir do qual era possível fazer cópias de acordo com as necessidades da administração. A confirmar-se esta possibilidade, sai reforçada a hipótese do mapa ter sido composto para responder a uma encomenda oficial.

Muito naturalmente, esta informação permanecia secreta e de circulação restrita, mas recentemente têm vindo a ser descobertos indícios que apontam para a existência desta “família” de mapas que, devem incluir exemplares como o fragmento de mapa de Portugal que se encontra na Real Academia de la Historia, em Madrid; o códice de Luís Figueiredo Falcão, datado de 1617, pertencente à Casa de Cadaval, mas agora conservado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, ou o próprio mapa de João Teixeira Albernaz de 1640-42<sup>27</sup>. Só uma paciente e apurada comparação de todas estas fontes poderá estabelecer pontos de aproximação ou de afastamento, entre os vários mapas de Portugal manuscritos e a sua influência na produção cartográfica impressa estrangeira.

De qualquer modo, o mapa de Portugal composto por Sanson em parceria com Mariette, circulando em folha solta ou integrado num atlas, foi um sucesso editorial, conhecendo várias edições e servindo de fonte para muitos outros mapas posteriores, incluindo os dos seus filhos Adrien e Guillaume, em parceria com Hubert Jaillot, do seu neto Pierre Duval ou dos seus dois bisnetos da família Vaugondy, Didier e Gilles Robert, seus diretos herdeiros<sup>28</sup>.

<sup>27</sup> Alegria, *et al.*, 2012, p. 179-219.

<sup>28</sup> Sobre o trabalho desta família de cartógrafos franceses, ver a obra de Pedley, 1992.

A partir de 1662, a imagem cartográfica de Portugal sofreu a concorrência de um outro famoso mapa composto pelo português Pedro Teixeira Albernaz e editado em Madrid permanecendo, ambos, como principais referências até meados do século XVIII.

### Acrónimos

B.N.R.J. – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

B.N.F. – Bibliothèque Nationale de France

### Bibliografia

ALEGRIA, Maria e GARCIA, João. Etapas da evolução da Cartografia portuguesa (séculos XV a XIX). In *Cicle de Conferències sobre Història de la Cartografia 2on Curs - La Cartografia de la Península Ibèrica i la seva extensió al continent americà*. Barcelona, Generalitat de Catalunya, Departament de Política Territorial i Obres Públiques e Institut Cartogràfic de Catalunya, 1991, p. 225-264.

ALEGRIA, Maria; DAVEAU, Suzanne; GARCIA, João; RELAÑO, Francesc. *História da Cartografia Portuguesa*. Porto: Fio da Palavra, 2012.

ANASTÁCIO, Vanda. Heróicas virtudes e escritos que as publiquem. D. Quixote nos papéis da Restauração. *Revue der iberischen Halbinseln*, 2007, nº 28, p. 117-136.

ANASTÁCIO, Vanda. Conflitos e contactos na Ibéria: as relações entre Portugal e a Catalunha em 1640 nos ‘papéis’ da Restauração. In BRANDERBERGER, Tobias, HASSE, Elisabeth e SCHMUCK, Lydia (orgs.) *A Construção do Outro: Espanha e Portugal frente a frente*. Tübingen: Calepinus Verlag, 2008, p. 59-85.

ANASTÁCIO, Vanda. Apontamentos sobre D. Francisco Manuel de Melo, a História da guerra da Catalunha e os papéis da Restauração. *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, 2009, nº 6, p.111-120.

BEBIANO, Rui. *A Pena de Marte. Escrita da guerra em Portugal e na Europa (sécs. XVI-XVIII)*. Coimbra: Edições Minerva, 2000.

BLAS, Javier, CRUZ DE CARLOS, María y MATILLA, José Manuel. *Grabadores extranjeros en la Corte española del Barroco*. Madrid: Centro de Estudios Europa Hispánica e Biblioteca Nacional de España, 2011.

BORGES, A. Antunes. Provisão dos Bispados e Concílio Nacional no Reinado de D. João IV. *Lusitania Sacra. Revista do Centro de Estudos de História Religiosa*, 1957, tomo II, p. 111-219.

CARVALHO, Daniel. O conflito político português na Europa em meados do século XVII: diplomacia, informação e imprensa. *Novo Mundo Mundos Novos, Actes du colloque international Le «bon gouvernement des peuples»: une recherche collaborative et son contexte historiographique*, [Em linha]. Paris : CERMA - Ecole des Hautes Etudes en

Sciences Sociales, 14 octobre 2013. < <http://nuevomundo.revues.org/65837>>. [31 de dezembro de 2014]. ISSN: 1626-0252.

CESAR, Thiago Groh de Mello. *A Política externa de D. João IV e o Padre Antonio Vieira: as negociações com os Países Baixos (1641-1648)*. Dissertação de Mestrado em História, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2011.

COSTA, Leonor e CUNHA, Mafalda. *D. João IV, 1604-1656*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

DAVEAU, Suzanne. A Rede Hidrográfica no mapa de Portugal de Fernando Álvaro Seco (1560). *Finisterra*, 2000, vol., XXXV, nº 69, p. 11-38.

DAVEAU, Suzanne. O Conteúdo Geográfico da Descrição do Reino de Portugal. In

DIAS, Maria. A imagem do espaço nacional e o papel da Cartografia militar portuguesa. *Revista Militar*, 2001, vol. 53, nº 1, p. 27-57.

DIAS, Maria. *Portugalliae descriptio: do primeiro mapa conhecido (1561) ao primeiro mapa moderno (1865)*. Lisboa, Instituto Geográfico do Exército, 2006.

COELHO, António (coord.), *Descrição do Reino de Portugal de Duarte Nunes de Leão*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, p. 63-92.

DAVEAU, Suzanne. *Um antigo mapa corográfico de Portugal (c.1525): reconstituição a partir do Códice de Hamburgo*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 2010.

ESPÍRITO SANTO, Gabriel. *Restauração*. Matosinhos: Quidnovi, 2008.

ESPÍRITO SANTO, Gabriel. *A Grande Estratégia de Portugal na Restauração 1640-1668*. Lisboa: Caleidoscópio, 2009.

GARCIA, João Carlos. As Razias da Restauração Notícias Sobre um Mapa Impresso do Século XVII. *Cadernos de Geografia - Homenagem ao Doutor J.M. Pereira de Oliveira*, 1998, nº 17, p. 43-48.

GARCIA, João Carlos. O Alentejo c.1644: Comentário a um Mapa. *Arquivo de Beja*, 1999, vol. X, p. 29-47.

GARCIA, João e NOGUEIRA, Miguel. Os Sermões da Restauração (1640-1668): Um exercício cartográfico. In RAMOS, L., RIBEIRO, J. e POLÓNIA, A. (coord.) *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, vol. I, Porto: Universidade do Porto – Faculdade de Letras, 2001, p. 475-488.

HESPANHA, António Manuel. *As Vésperas do Leviathan - Instituições e Poder Político em Portugal – Séc. XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

HOFFMAN, Catherine. Publishing and the Map Trade in France, 1470-1670. . In WOODWARD, David (ed.) *The History of Cartography – Volume Three: Cartography in the*

*European Renaissance*. Part 1, Chicago & London: The University of Chicago Press, p. 1569-1588.

LOUSADA, Abílio Pires. *A Restauração Portuguesa de 1640. Diplomacia e Guerra na Europa do século XVII*. 2ª ed., Porto: Fronteira do Caos, 2012.

MAGALHÃES, Joaquim. O Enquadramento do Espaço Nacional. In MATTOSO, José (dir.) *História de Portugal*, vol. 3, Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 19-59.

MONTANER i GARCIA, Carme. *Imago Cataloniae: mapes de Catalunya, emprentes de la història*. Barcelona: Generalitat de Catalunya /Lunwerg editores, 2005.

MOREIRA, Luís. *O Alto Minho na Obra do Engenheiro Militar Custódio José Gomes de Villasboas*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 2011.

PASTOUREAU, Mireille. *Les Sansons (1630-1730): un siècle de Cartographie Française*. Paris: Sand & Conti, 1981.

PASTOUREAU, Mireill. *Nicolas Sanson d' Abbeville : Atlas du Monde, 1665*. Paris: Sand & Conti, 1988.

PEDLEY, Mary Sponberg. *Bel et Utile: The Work of the Robert De Vaugondy Family of Mapmakers*. Tring, Map Collector Publications Ltd, 1992.

PELLETIER, Monique. Cartography and Power in France during the seventeenth and eighteenth centuries. *Cartographica*, 1999, vol. 35, nº 3-4, p. 41 - 53.

PELLETIER, Monique. *Cartographie de la France et du monde de la Renaissance au Siècle des Lumières*. Paris: Bibliothèque Nationale de France, 2001.

PELLETIER, Monique. National and Regional Mapping in France to About 1650. In WOODWARD, David (ed.) *The History of Cartography – Volume Three: Cartography in the European Renaissance*. Part 1, Chicago & London: The University of Chicago Press, p. 1480-1503.

PETTO, Christine Marie. *When France Was King of Cartography: The Patronage and Production of Maps in Early Modern France*. Lanham: Lexington Books, 2007.

PRESTAGE, Edgar. *As relações diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda, de 1640 a 1668*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928.

RODRÍGUEZ CAMPOMANES, D. Pedro. *Notícia Geográfica del Reyno y Caminos de Portugal*. Madrid: Imprenta de la Hija de Ibarra, 1808.

ROSSELLÓ, Vicenç M.. *Cartografia històrica dels Països Catalans*. València: Publicacions de la Universitat de València e Institut d'Estudis Catalans, 2008.

SILVA, Ana Cristina e HESPANHA, António Manuel. O Quadro Espacial. In MATTOSO, José (dir.) *História de Portugal*, 1998, vol. 4, Lisboa, Editorial Estampa, 35-41.



SOUSA, Jorge Pedro *et al.* *A Gazeta “da Restauração”*: Primeiro Periódico Português - Uma análise do discurso. Covilhã: Livros LabCom, 2011.

SOUSA, Jorge Pedro *et al.* *Estudos sobre o Mercúrio Português (1663-1667). Discurso e Contexto*. Covilhã: Livros LabCom, 2013.

VAINFAS, Ronaldo. Guerra declarada e paz fingida na Restauração Portuguesa. *Tempo*, 2009, nº 27, p. 97-115.

VALLADARES, Rafael. *A independência de Portugal. Guerra e Restauração, 1640-1680*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2006.

VITERBO, Francisco Sousa. *A Gravura em Portugal. Breves apontamentos para a sua História. Separata do Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 1909.

© Copyright Luís Miguel Alves de Bessa Moreira, 2017.

© Copyright *Biblio3W*, 2017.

Ficha bibliográfica:

MOREIRA, Luis Miguel Alves de Bessa. Divulgar a Restauração do Reino: o Mapa de Portugal de Nicolas Sanson d’Abbeville, 1654 *Biblio3W*. *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de marzo de 2017, vol. XXII, nº 1.193. <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-1193.pdf>>. [ISSN 1138-9796].